

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO VALE DO ASSU

Kelson de Oliveira Silva¹

Resumo: Na década de 1990, diferentes regiões do Brasil passaram por processos de reestruturação como resultado de políticas “ditas” de desenvolvimento. O território potiguar, igualmente submetido a esse movimento neoliberal de readequação, passou por mudanças econômicas e estruturais o que significou na prática a falência, a transformação e o comprometimento de antigas atividades econômicas e a emergência de outras. Nesse contexto, a região do Vale do Assu passou por importante processo de reestruturação, sobretudo, a partir da implantação da atividade fruticultura. O presente trabalho se constitui em ensaio bibliográfico, parte de leituras referentes à Disciplina Desenvolvimento e Sustentabilidade no Brasil – 2013.2, do Curso de Doutorado em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Considerando a literatura consultada, destacamos que o Vale do Assu de região produtora de diferentes produtos considerados básicos à reprodução do pequeno agricultor local, passou a se constituir em região produtora de frutas “tipo exportação” gerando impactos na estrutura fundiária, na economia local/regional e na divisão territorial do trabalho.

Palavras-chave: política pública; economia; multinacionais.

PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND TERRITORIAL DIVISION OF LABOR IN THE VALE DO ASSU

Abstract: In the 1990, different regions of Brazil have undergone restructuring as a result of "so-called" development policies. The potiguar territory, also undergo this neoliberal movement of readjustment, went through economic and structural changes which meant in practice bankruptcy, the transformation and the commitment of former economic activities and the emergence of others. In this context, the Vale do Assu has undergone significant restructuring process, especially since the implementation of the activity fruticultura. This work is a bibliographic essay, part of readings relating to Discipline Desenvolvimento e Sustentabilidade no Brasil - 2013.2, Curso de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Considering the literature, we highlight that the Vale do Assu producing region of different products considered basic to playing the small local farmer, began to represent in fruit producing region "export quality" generating impacts on land structure in the local/regional economy and the territorial division of labor.

Keywords: public policy; economy; multinationals.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). kelsongeo@hotmail.com.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(2): 115-125, jul./dez. 2014 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

Na década de 1990, diferentes regiões do país passaram por processos de reestruturação econômica, como resultado de políticas “ditas” de desenvolvimento. O território potiguar, igualmente submetido a esse movimento neoliberal de reestruturação, passou por mudanças que transformou o cenário econômico estadual, significando na prática a falência, transformação e/ou comprometimento de antigas atividades produtivas e a emergência de outras. Nesse contexto de globalização da economia potiguar, a região do Vale do Assu passou por importante processo de reestruturação, sobretudo, devido à implantação da atividade fruticultura com o apoio do Estado e sob o controle de grandes empresas de capital nacional e internacional.

A microrregião do Vale do Assu se constitui importante polo produtor de frutas tropicais destinadas em sua grande parte, para o mercado externo. A implantação desse projeto de fruticultura irrigada se insere na proposta de desenvolvimento econômico regional, da década de 1990, responsável por profundas mudanças na divisão social do trabalho e na economia local, regional e nacional.

O presente trabalho se constitui em revisão bibliográfica tratando dos processos de reestruturação econômica na microrregião do Vale do Assu. A literatura consultada aponta que a referida região, de produtora de diferentes produtos considerados básicos e tradicionais para a mesa da família da região, passou a se constituir em produtora de frutas “tipo exportação”, gerando impactos na estrutura fundiária e na economia local/regional e na divisão social do trabalho.

Como resultado dessa reestruturação econômica no Vale do Assu, significativo percentual dos agricultores tornaram-se trabalhadores assalariados ou sua pequena produção passou a se destinar as grandes empresas do setor fruticultor da região, o que compromete a economia local sujeita a vetores e determinações externas. Diante do panorama posto por essa reestruturação produtiva, torna-se urgente a necessidade de um Estado mais forte e atuante, comprometido com os interesses locais e na garantia da equidade social, assegurando qualidade de vida e o exercício da cidadania brasileira.

REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO POTIGUAR

O processo de globalização tem relação com a intensa integração econômica da produção e do mercado, a formação de blocos econômicos regionais e a emergência de grandes redes empresariais com estratégias e atuação globais (BUARQUE, 2002, p. 25). De acordo com Buarque (2002, p. 20-21), a globalização dos mercados e a aceleração do sistema financeiro internacional – com grande volume de capital circulando em tempo real e em torno de uma grande diversidade de produtos financeiros – ampliou a instabilidade financeira, demandando novos instrumentos de regulação.

Azevedo (2013, p. 114) afirma que a esse processo de mudança marcado por transformações em várias dimensões do espaço geográfico (econômica, política, técnica, social e ambiental) deu-se o nome de “reestruturação produtiva”, o qual na atualidade tem adquirido contornos muito bem definidos, alterando a divisão social e territorial do trabalho.

Na década de 1990, investimentos públicos e privados convergiram principalmente, para uma política de modernização da estrutura econômica potiguar,

com base em algumas atividades: agricultura irrigada no Vale do Assu; o turismo no litoral leste, principalmente na capital e adjacências; petróleo e gás no litoral norte, parte do noroeste e Vale do Assu; sal também no litoral norte e parte do oeste; a pecuária leiteira no Seridó e parte do Agreste; comércio e serviços na capital e nas principais cidades que se constituem centros regionais; e por fim, na construção civil em Natal e Mossoró (AZEVEDO, 2013, p. 118) (Figura 1).



Figura 1 – Distribuição das principais atividades econômicas

Fonte: Azevedo (2013, p. 119). Elaboração cartográfica: Arthur F. Vasconcelos; Bárbara Praxedes

Para Azevedo (2013, 118) tal processo se insere no contexto daquilo que o autor designa de “reestruturação produtiva”, processo esse caracterizado pela reestruturação do território. Nesse sentido, o Estado, prioritariamente passa a investir no setor produtivo, por meio de empréstimos junto a organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento), no intuito de modernizar a economia local e estimular o crescimento econômico.

Segundo Araújo (2000, p. 277), a reestruturação produtiva incide sobre o mundo do trabalho, ocorrendo junto com o movimento de globalização que, por sua vez, é diferente da visão neoliberal. A visão neoliberal para o mundo do trabalho requer flexibilização, que por sua vez, ocorre com a reestruturação produtiva, porque as novas tecnologias não têm mais uma cadeia rígida.

Azevedo (2013, p. 118), alertar para o fato que nem sempre a modernização dessas atividades representa necessariamente melhorias na qualidade de vida da população local, “pois às vezes o processo é exatamente inverso”, de forma que o crescimento econômico se deu em detrimento de melhorias nas condições sociais, citando como exemplo, as áreas produtoras de petróleo, fruticultura irrigada e de turismo no Rio Grande do Norte, contraditoriamente áreas de destaque econômico, mas marcadas por muita pobreza.

Quanto ao processo de modernização da agricultura no Nordeste, Santos e Silveira (2006, p. 120), afirmam que esse processo se desenvolveu em áreas descontínuas e especializadas, como no caso dos polos fruticultores do Vale do Assu e São Francisco, nos campos de cultivo de legumes industrializáveis, nos campos de soja e laranja, cuja expansão é limitada pela posição subordinada da produção local nos circuitos comerciais e industriais.

No caso muito particular do Rio Grande do Norte, a pesquisa de Clementino (1995, p. 267), avaliando o contexto de modernização da agricultura potiguar nas

décadas de 1970 e 1980, afirma que foram poucos os estabelecimentos agrícolas que tiveram acesso aos processos modernizantes.

Segundo a referida autora (CLEMENTINO, 1995, p. 267), no contexto das décadas de 1970 e 1980, a maioria dos produtores não tiveram acesso ao crédito e, portanto, ficaram presos a práticas tradicionais quanto ao uso do solo. A inadequação do uso solo põe o pequeno produtor rural em desvantagem com relação aos grandes proprietários, isso como sendo resultado de uma reestruturação produtiva seletiva, contraditória e perversa.

Esse processo de reestruturação produtiva, associado à implantação de inovações técnicas e organizacionais no meio agrícola, especificamente, converge para se criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 118), de forma que:

O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 118).

O processo de globalização da agricultura brasileira decorreu de solidariedades materiais e organizacionais, que apontam o Estado como agente fundamental na consolidação desse projeto de mundialização da atividade agrária. O uso de sementes selecionadas, fertilizantes, herbicidas, culturas de entressafra (soja e trigo compartilhando o mesmo campo, com calendários agrícolas complementares), banco de germoplasma, créditos públicos específicos para soja e para o milho nos cerrados, forneceram condições para que isso acontecesse plenamente (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 118).

Nesse conjunto de ações que viabilizaram a modernização da agricultura e a economia do país, criam-se outras densidades normativas como o porto seco em Brasília, que é a Estação Aduaneira de Interior responsável pela tributação e liberação de produtos importados e exportados que serão escoados pela ferrovia até o porto de Vitória, no Espírito Santo (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 119).

Conforme Santos e Silveira (2006, p. 119), esses nexos modernos e tantos outros buscam criar monofuncionalidades no uso da terra, dos transportes, dos portos e, assim, acabaram por negar a possibilidade de um uso plural do território. Para eles, trata-se da produção de uma nova geografia feita de *belts* modernos e de novos *fronts* no Brasil. Esses *belts* são, por vezes, heranças cristalizadas de *fronts* próprios de uma divisão territorial do trabalho anterior; áreas que, ocupadas em outro momento, hoje se densificam e se tecnificam.

Simultaneamente, ocorre nessas áreas o amadurecimento das inovações de ontem, chegando outras inovações próprias do período atual, criando novos arranjos, porém, sob e com a resistência e cooperação das rugosidades do lugar. Santos e Silveira (2006, p. 119), ressaltam que o processo de modernização da agricultura valorizou a terra, em razão da integração de complexos sistemas de engenharia, entretanto, isso implicou na “expulsam” de certos produtos para áreas ainda não utilizadas.

Araújo (2000, p 206) analisando as mudanças que ocorreram no perfil produtivo do Nordeste, a partir da década de 1970, afirma que enquanto se reduzia a área cultivada com algodão, mamona, mandioca e sisal, expandia-se a área

ocupada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho. Nesse mesmo contexto, surgiram outras culturas não tradicionais na região, como por exemplo, melão, manga, melancia, uva, nas áreas irrigadas do São Francisco e Vale do Assu (ARAÚJO, 2000, p. 206).

Uma característica da reestruturação produtiva, motivo de preocupação pelo impacto que provoca na força de trabalho, é a redução do emprego. Araújo (2000, 280), enfatiza que nos países onde esse processo se consolidou, a taxa de desemprego tornou-se muito alta chegando a ser comparada às taxas de desemprego dos países subdesenvolvidos no século XX.

Araújo (2000, p. 281), embora não desmereça os aspectos positivos da globalização e da reestruturação produtiva no mercado brasileiro, não deixa de reconhecer os efeitos negativos desses dois processos sobre alguns setores, sobretudo, os que não se enquadram no padrão de inovação empresarial e tecnológica; de forma que alguns desses setores se tornaram atividades de inserção e outros deverão desaparecer, por não conseguirem competir em um mercado economicamente globalizado.

FRUTICULTURA NA MICRORREGIÃO DO VALE DO ASSU

A Microrregião do Vale do Assu é uma das dezenove microrregiões do Rio Grande do Norte, pertencente à Mesorregião do Oeste Potiguar; sendo constituída por nove municípios: Assu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael (ALBANO; SÁ, 2008, p. 59) (Figura 2).

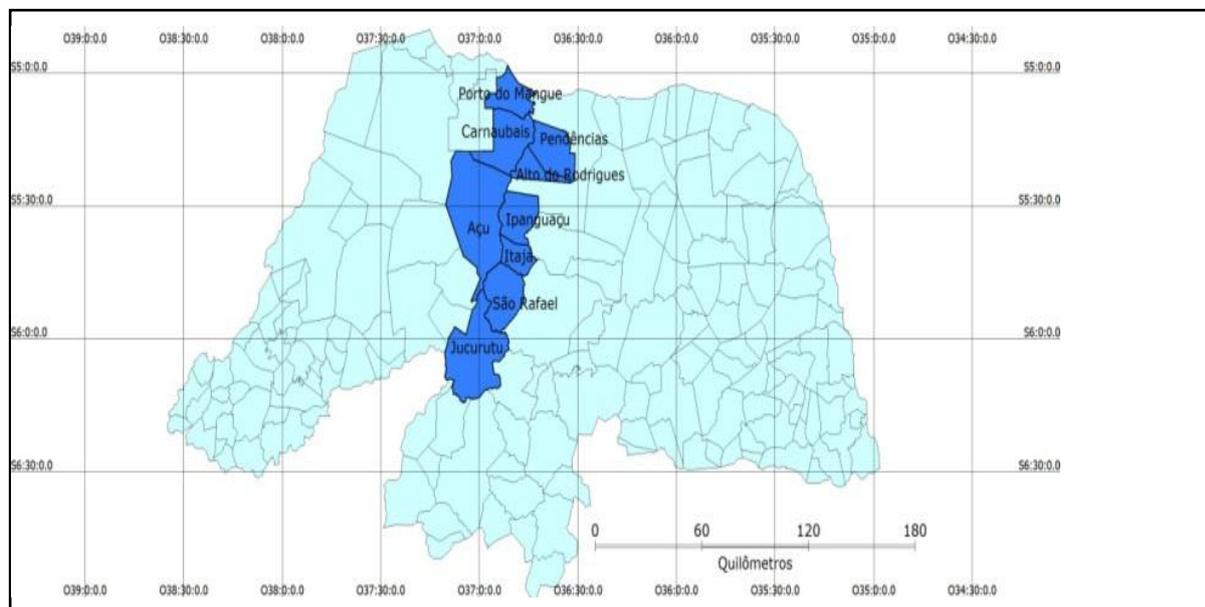


Figura 2 – Localização da Microrregião do Vale do Assu

Fonte: LOPES JUNIOR, F. C.; *et al* (2013, p. 1797).

A Microrregião do Vale do Assu abrange uma área total de 4.708,83Km², com população de 140.534 habitantes (IBGE, 2010), situada na bacia do rio Piranhas/Assu, bacia essa que possui cerca de 44.000 km, nascendo no estado da Paraíba (município de Bonito de Santa Fé), desembocando nas águas oceânicas do delta de Macau (ALBANO; SÁ, 2008, p. 59) (Figura 3).



Figura 3 – Bacia Piranhas/Assu

Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte – 2010.

Essa Microrregião compõe uma das quatro mesorregiões do Rio Grande do Norte, sendo uma das mais importantes e a segunda mais populosa. A Mesorregião do Oeste Potiguar, onde se localiza a microrregião aqui estudada, é formada por 62 municípios agrupados em sete microrregiões. Mossoró, Assu, Areia Branca, Apodi, Pau dos Ferros, São Rafael, Caraúbas, Patu, Tibau, São Miguel e Alexandria são alguns dos mais importantes municípios. Segundo Moraes (2012, p. 91), a Microrregião do Vale do Assu é reconhecida pelas excelentes condições edáficas e por ser cortada pelo rio Piranhas/Assu, reunindo qualidades fundamentais para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

As primeiras iniciativas públicas no sentido de inserir a fruticultura irrigada na região do Vale do Assu, para um mercado local e regional, ocorreram na década de 1950. Posteriormente, na década de 1980, ocorre o processo de articulação do Projeto Baixo Assu com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, com sua inserção no comércio global de frutas (ALBANO; SÁ, 2008, p. 59).

Nas décadas de 1990 e anos 2000, em razão de políticas que deram suporte aos projetos de expansão do grande capital nacional e internacional, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, se observa a entrada de algumas multinacionais na Microrregião do Vale do Assu, entre elas, a *Del Monte Fresh Produce*. Entretanto, durante o governo Lula se notou uma política um tanto quanto diferente, com iniciativas que privilegiaram interesses dessas multinacionais e igualmente dos pequenos agricultores familiares do Vale do Assu (ALBANO; SÁ 2008, p. 59).

O Programa Plurianual de Irrigação incluiu 36 projetos do DNOCS localizados no chamado Polígono das Secas, priorizando verbas para projetos situados nos vales úmidos: Gurgéia e Parnaíba (Piauí); Acaraú e Jaguaribe (Ceará); Itapicuru e rio das Contas (Bahia); e Assu e Apodi (Rio Grande do Norte). A Barragem “Armando Ribeiro Gonçalves” foi construída nesse contexto, servindo de suporte para a entrada do Vale do Assu no processo de reestruturação e modernização da agricultura potiguar (ALBANO; SÁ, 2008, p. 62).

Ressaltamos que o contexto histórico da década de 1960, na região do Vale do Assu, antes desse processo de reestruturação era completamente diferente do contexto atual, de forma “Os pomares do baixo Açu nada tem de semelhante aos laranjais e bananais dos estados do Rio e São Paulo, e muito menos aos pomares das grandes regiões frutícolas do mundo, como a Califórnia, por exemplo”. (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 21).

Essencialmente, a fruticultura desenvolvida e observada por Valverde e Mesquita (1961, p. 21) era de fundo de quintal, junto às casas de moradia, em terras de várzea. O destino dessa produção era atender as exigências de consumo doméstico, sendo que o excedente era comercializado na feira de Assu (Figura 4). Produzia-se nos pomares manga, laranja, goiaba, banana, pinha e jaca (VALVERDE; MESQUITA, 1961, p. 21).



Figura 4 – Feira de Assu (década de 1960)

Fonte: Valverde; Mesquita (1961). Autoria: Orlando Valverde (09/07/1960)

Considerando o contexto socioespacial atual, Guimarães (2007, p. 190) afirma que a dinâmica economia do Rio Grande do Norte tem se resumido a fruticultura irrigada para exportação, seguimento produtivo esse que substituiu em grande parte, a lavoura alimentar e a atividade criatória. Esse modelo de desenvolvimento econômico impôs a necessidade de importação de produtos alimentares e bens duráveis de outros estados ou de outros países. Dois outros aspectos negativos da reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte são apontados por Guimarães (2007, p. 191): o primeiro, diz respeito ao impacto desse processo na produção de alimentos, agora limitado a certas culturas que visam o mercado externo; o segundo impacto identificado é o da mecanização do campo, liberando grande contingente da força de trabalho local.

DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO VALE DO ASSU

Avaliando os dados das séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE referentes à “Produção Agrícola Municipal” de 2005 a 2010, podemos afirmar que a região do Vale do Assu economicamente se destaca no cenário nacional. Com o processo de modernização da agricultura, o Vale do Assu vem se destacando no cultivo da fruticultura irrigada, devido ao número de municípios produtores, a quantidade e a qualidade das frutas produzidas, se sobressaindo a produção de banana, manga, mamão, caju e sua amêndoa.

Em seu conjunto, os referidos dados do IBGE (2005 a 2010), revelam o bom desempenho das médias e grandes empresas nacionais e internacionais que atuam na região do Vale do Assu, sem, no entanto, evidenciar o quadro social do pequeno produtor rural que não conseguindo se inserir no ambiente empresarial globalizado, tornando-se trabalhador assalariado ou produtor autônomo produzindo para as empresas multinacionais.

Esse pequeno produtor rural representa um percentual significativo de produtores que maior dificuldade teve em obter crédito no Brasil, na década de 1990 (OLIVEIRA, 2005, p. 472). Oliveira afirma que “é preciso chamar a atenção para o fato de que em 1995/1996 mais de 4,5 milhões de estabelecimentos, ou seja, mais de 94%, não utilizaram financiamento agrícola” (OLIVEIRA, 2005, p. 472). Certamente esse fato ocorreu devido às exigências e restrições imposta pelo setor bancário, limitando o acesso ao crédito rural ao impor regras e garantias que impossibilitam o pequeno produtor de adquirir financiamento.

Entre os impactos da reestruturação produtiva no Vale do Assu, destacamos o fim da atividade de mineração no município de São Rafael que, com a construção da Barragem Armando Ribeiro “foi literalmente por água abaixo”. As obras da referida Barragem implicaram na desapropriação de mais de 20.000 ha de terra (ALBANO; SÁ, 2008, p. 65).

A agricultura de subsistência igualmente diminuiu significativamente com a Barragem e depois dela, devido à compra de terras pelas grandes empresas rurais interessadas em produzir frutas para exportação ou para o mercado nacional. Logo depois da inauguração da Barragem² tem-se o início da vinda de grandes grupos para a região do Vale do Assu. Entretanto, o Governo se esqueceu dos projetos de assentamento dos pequenos produtores rurais (ALBANO; SÁ, 2008, p. 65).

Com isso, uma nova estrutura fundiária de caráter empresarial começa a se desenvolver; de forma que no município de Ipanguaçu, a partir de 1982, começa a se intensificar o processo de compra e venda de terras por pessoas jurídicas, na sua imensa maioria, empresas agrícolas. Porém, “é a partir de 1986 que vai se consolidar o movimento empresarial em direção a Ipanguaçu”. Movimento esse que, atingiu seu auge no ano de 1986 quando se negociou mais de 2.000 ha de terra, por pessoas jurídicas, na sua grande parte empresas rurais. Esse processo se intensificou em 1989, porém, a partir de 1990, o movimento de transações de compra e venda tem uma queda significativa (ALBANO; SÁ, 2008, p. 65).

De acordo com Albano e Sá (2008, p. 66), o caráter empresarial dessa pessoa jurídica que adquiriu terras na região, ficou evidente com o crescimento da área de irrigação de médias e grandes empresas agrícolas nos principais municípios do Vale do Assu, em 1990.

As principais mudanças identificadas por Albano e Sá (2008, p. 66), foram observadas tanto no eixo produtivo que passou do extrativismo da cera de carnaúba, pecuária e cotonicultura para a fruticultura irrigada, como mudanças no mercado de terras, com a chegada de grandes grupos empresariais regionais e nacionais na Microrregião do Vale do Assu.

Essas empresas possuem uma grande quantidade de área irrigada e compraram muitas terras, tanto em várzeas, como em tabuleiros, servido de estoque para futuros investimentos. Com a chegada dessas empresas e a compra agressiva de terras, ocorreu um processo de marginalização e diminuição da pequena agricultura (ALBANO; SÁ, 2008, p. 67).

A pequena produção teve nessa época um leque de programas federais, como, o Programa da Irrigação do Nordeste (PROINE), segmento regional do Programa Nacional de Irrigação (PRONI), lançado pelo governo Sarney, o Programa de Aproveitamento de Várzeas (PROVARZEAS) ou o Programa de Distribuição de Kits de Irrigação e Pivot Central, sucedâneos do POLONORDESTE. Entretanto, por trás dessas iniciativas existem interesses privados envolvidos nesses programas

² A Barragem Armando Ribeiro foi inaugurada em 20 de maio de 1983.

que distribuem equipamentos produzidos pela indústria do Centro-Sul do país (ALBANO; SÁ, 2008, p. 67-68).

A multinacional *Del Monte Fresh Produce*, transformou o Vale do Assu e o Rio Grande do Norte no maior exportador do país de banana, gerando aproximadamente 4 mil empregos, porém, e a pesar desse número a Região, continua tendo os piores índices de desenvolvimento humano do país (ALBANO; SÁ, 2008, p. 68), se revelando uma das microrregiões do estado, mais pobre.

As políticas públicas implantadas criaram externalidades, que se constituíram em vantagens locacionais e atraíram grandes grupos empresariais para a produção de frutas tipo exportação. Sendo urgente, questionar sobre a soberania e cidadania brasileira, em momento histórico que forças globalizantes se impõem nos territórios descompromissadas socialmente com as necessidades locais. Posto isso, é importante ressaltar que o Estado teve e tem um papel fundamental na reestruturação produtiva da Microrregião do Vale do Assu, sendo necessário considerar que essa modernização se deu de forma muito seletiva e pontual, atendendo interesses de grandes corporações nacionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo e apesar da reestruturação produtiva dos territórios incorporados ao processo de modernização empresarial e tecnológica, nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política. Diante dessas verticalidades e horizontalidades impostas pelas grandes corporações interessadas nos lugares que apresentam externalidades e recursos naturais diferenciados, os movimentos locais sempre se manifestam contra essas forças globalizantes.

Essencialmente, esses movimentos buscam equidade e oportunidades de desenvolvimento humano, de forma que se respeitem a diversidade sociocultural, e sejam asseguradas a qualidade de vida e a qualificação para a cidadania e o trabalho. Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento local sustentável valoriza e reconhece a importância da necessidade de um planejamento participativo e de fato democrático, como instrumento fundamental para orientar a construção de um cenário futuro mais socialmente justo, sobretudo, para o pequeno agricultor nordestino.

Porém, esse cenário desejado demanda um Estado atuante, precisamente nas áreas em que o mercado não seja eficaz como regulador espontâneo da economia, nas dimensões social e ambiental e nos segmentos estratégicos de limitada e lenta rentabilidade.

No caso da região do Vale do Assu, o Estado tem atendido os interesses neoliberais, instrumentalizando meios materiais e imateriais para a entrada de grandes empresas fruticulturas, comprometendo o equilíbrio econômico entre pequenos e grandes produtores, da região.

O Estado precisa regular a dinâmica econômica para evitar comprometimento da sustentabilidade da atividade fruticultura, seja no que diga respeito a degradação ambiental, concentração de benefícios sociais e a exacerbada e desigual distribuição espacial da riqueza produzida.

Isso tudo pelo fato que “A complexidade que encerram as alternativas de desenvolvimento, a multiplicidade de agentes, atores e instituições que devem envolver, assim como a necessidade de democracia e participação, ressaltam a necessidade [...] da ação do Estado” (BUARQUE, 2002, p. 23).

REFERÊNCIAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro; SÁ, Alcindo José de. Políticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE–DCG/NAPA, Vol. 25, Nº. 2, maio/agosto de 2008, p. 58-80.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. 392 p.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 113-132, set. 2013.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995. 372 p.

GUIMARÃES, Maria Leda Lins. Pluralidade regional, um desafio para a economia do Rio Grande do Norte. In: NUNES, E.; CARVALHO, E. A.; FURTADO, E. M.; FONSECA, M. A. P. (orgs). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal: EDUFRN, 2007. p. 183-196.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume 37. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 91 p.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume 36. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 93 p.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume 35. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 93 p.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 69 p.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 133 p.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume 32. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 101 p.

LOPES JUNIOR, F. C.; MARTINS, M. E. R.; COSTA, A. M. B.; SILVA, F. M. Espacialização socioeconômica da Microrregião do Vale do Açu/RN por geoprocessamento. **Anais do IX Congresso de Iniciação Científica do IFRN. Tecnologia e Inovação para o Semiárido**. Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Rio Grande do Norte. Campus Currais Novos, de 4 a 6 de julho de 2013. p. 1796-1805.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Planejamento e desenvolvimento regional: notas sobre a experiência do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, jan./jun, 2012. p. 77-96.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 473 p.

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Myrian G. A. Geografia agrária do Baixo Açú. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXIII, nº 3, julho/setembro de 1961. p. 3-41.

Artigo submetido em: 06/03/2014

Aceito para publicação em: 21/11/2014

Publicado em: 22/04/2015